

# MINAS E OS CICLOS NA EDUCAÇÃO

Murílio de Avellar Hingel

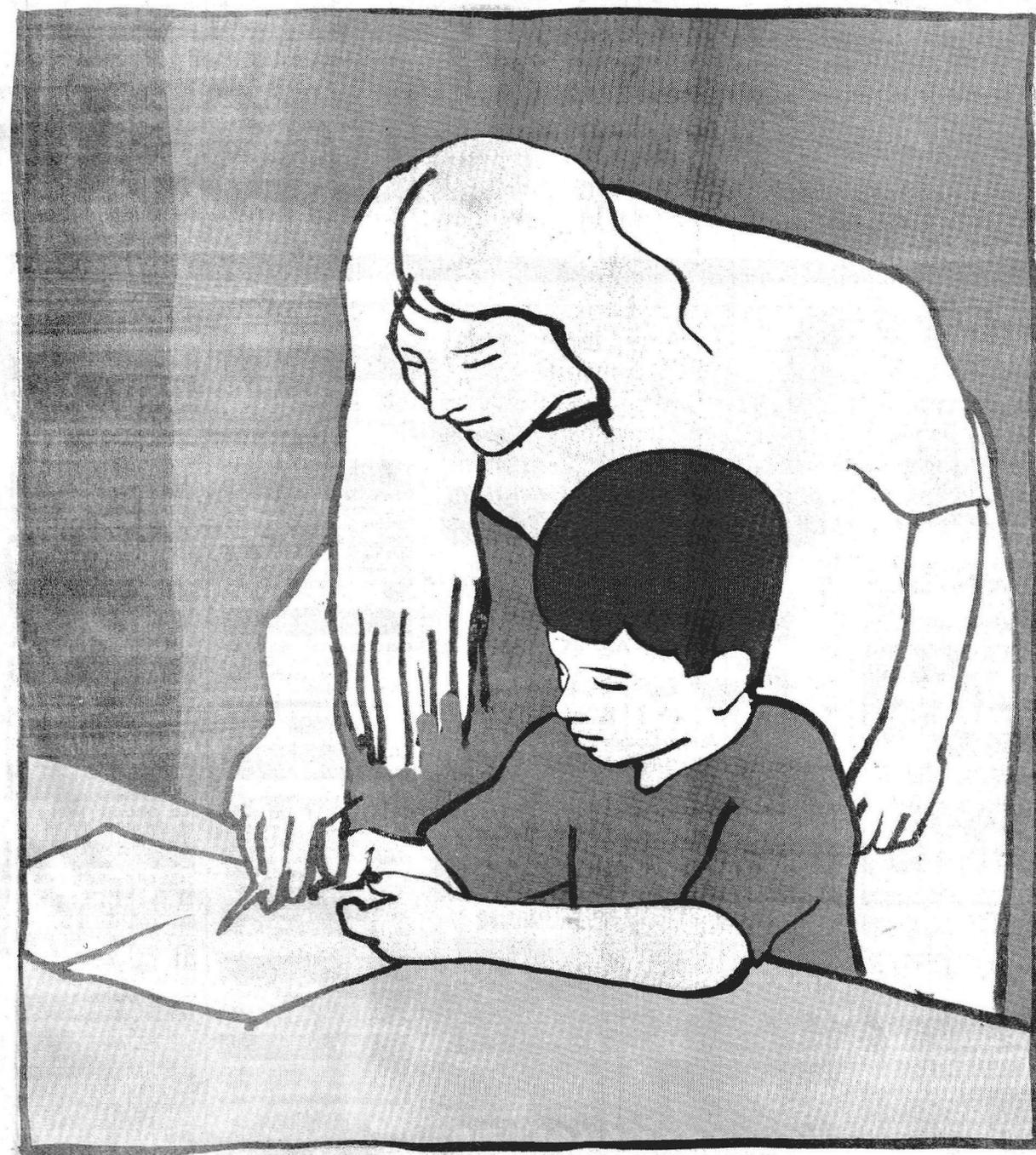
Passado o calor dos debates iniciais, torna-se conveniente, em nome da clareza de princípios e da objetividade das discussões, colocar no devido lugar alguns aspectos das mudanças e das ações que o novo governo de Minas Gerais vem imprimindo no campo educacional. Afinal, aqui, como no Brasil de hoje, educação é prioridade, núcleo de atuação estratégica cujos avanços são indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social.

Minas volta-se inteiramente para a melhoria da qualidade na educação básica, e vai avaliar essa situação com base em múltiplos critérios. Agora, a estatística, que no passado serviu de base única para a propaganda oficial, deixa de ser um indicador para se tornar apenas um dos instrumentos de aferição, de forma a privilegiar conceitos de qualidade, de democratização da gestão escolar e da ação governamental, de avaliação permanente, de aperfeiçoamento, controle e eficiência crescentes.

Esse é o grande passo dado pela educação em Minas neste início de governo: o eixo das discussões na escola vai além da observação quantitativa — número de alunos, número de vagas, percentuais de aprovação, de evasão etc. — e chega ao reconhecimento da escola como centro de atenções, como geradora dos processos de ensino e de aprendizagem, como foco de interação com a comunidade. Minas reconhece a autonomia dessas unidades e cobra delas responsabilidade na construção do sucesso escolar para todos os alunos.

Portanto, não há por que supor a existência de escaramuças ou embates contrários à adoção do sistema de ciclos ou favoráveis à volta do regime seriado. Há, sim, a crítica à imposição de um sistema novo sem discussões preliminares, sem preparação de professores, sem envolvimento da comunidade escolar. E essa lição serve a todos os dirigentes de sistemas de ensino no país: não se mudam comportamentos por decreto, nem se substituem traços culturais cristalizados por receitas e resoluções de gabinete. Ou, como acentua em seu parecer a comissão indicada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais para estudar a organização escolar em ciclos: "As decisões impostas pelos órgãos centrais não conseguem alterar a mesmice disseminada pelos canais hierárquicos da burocracia que destrói a vontade de participar e leva a acomodação, apatia, desinteresse e descompromisso".

A adoção apressada dos ciclos colocou esse valioso recurso pedagógico sob o risco do fracasso. Os pais desconfiavam que os filhos não tinham a evolução esperada; acredi-



tavam, ambos, que a aprovação ao final de cada ano estava garantida, independentemente do nível de saber acumulado. A adoção do ciclo de quatro anos ainda facilitou, do ponto de vista da maioria da comunidade escolar, o entendimento de que se retornava ao esquema anterior à década de 70, quando vigoravam o primário e o ginásio, com quatro anos cada um.

Acrescente-se a isso que o sistema de avaliação de desempenho dos alunos é uma peça ainda em evolução, implantada em um percentual ainda pequeno de escolas na capital e no interior do estado. E o regime de ciclos, na sua essência, depende de uma avaliação diagnóstica, sistêmica, permanente.

São razões assim que levaram Minas a parar para pensar o modelo pedagógico adotado no ensino fundamental, permitindo que cada escola defina o seu sistema, e que essa decisão, pensada ao longo deste ano, respeite as condições locais, o nível de preparação dos profes-

res, a demanda e a participação da comunidade. Daqui para a frente haverá um amplo debate, que começará pela base, pela comunidade escolar, estimulado e coordenado pela Secretaria de Educação, e que visa a fortalecer o compromisso da escola com a aprendizagem, a implantar na rede escolar a cultura do sucesso, da progressão continuada, e constituir o Sistema Mineiro de Educação.

Em resumo, para continuar avançando na Educação, Minas está aprendendo a aprender, pois quer formar cidadãos capazes de enfrentar e superar os desafios da vida moderna, e não apenas pessoas habilitadas a entender manuais de instrução para operadores de máquinas.

Felizmente, a educação no Brasil tem avanços importantes em sua legislação recente e nos programas traçados pelo país para o Ensino Fundamental. O arsenal de recursos inovadores hoje existente — como as metodologias de classificação, reclassificação, aceleração

de estudos, progressão continuada, progressão parcial, avaliação contínua e cumulativa de desempenho, aproveitamento de estudos, recuperação simultânea — pode ser válido tanto no regime de ciclos, como no regime seriado. E essa convivência nos permitirá fazer uma transição perfeita, assegurando avanços e banindo os fantasmas da repetência, espécie de palmatória moderna, que desestimula, avilta e pune alunos, discriminando-os e contribuindo para sua exclusão social.

A política de Minas na Educação é, portanto, a de democratizar a gestão escolar, garantir os avanços pedagógicos e atender a toda a demanda, fortalecendo os laços com a comunidade, o compromisso com a aprendizagem e o sucesso dos alunos, visando à preparação para a vida cidadã e o exercício pleno da liberdade e da democracia.

■ Murílio de Avellar Hingel é secretário da Educação de Minas Gerais